

## Reis da Noruega visitam Senado

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim, recebeu ontem, no Salão Nobre, o rei Harald V e a rainha Sonja, da Noruega. Paim acredita que a visita contribuirá para que as relações entre Brasil e Noruega avancem ainda mais.

Página 5



Jane de Araújo

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.800 - Brasília, quarta-feira, 8 de outubro de 2003

## Reforma da Previdência vai ao Plenário sem mudanças

Apesar de todas as emendas terem sido rejeitadas pela CCJ na votação encerrada ontem à noite, relator acena com possibilidade de entendimento para modificar em Plenário alguns pontos

Márcio Kalume



**VOTAÇÃO** Edison Lobão (ao lado de Tião Viana) presidiu a reunião de ontem da CCJ, em que os líderes Renan Calheiros e Aloizio Mercadante tiveram participação destacada



Márcio Kalume

Uma das emendas que poderá ser objeto de negociação é a que visa criar um sistema de contribuições reduzidas para assegurar aos trabalhado-

res informais remuneração mensal equivalente a um salário mínimo. Outras proposições poderão beneficiar portadores de deficiência e aposentados que tenham do-

enças incapacitantes. O líder do PMDB, Renan Calheiros, disse ontem que o partido quer modificar as normas para os subtetos dos servidores públicos nos estados. O

relator Tião Viana poderá apresentar hoje ao Plenário a proposta de emenda paralela que contempla mudanças negociadas entre governo e oposição.

Página 3

Célio Azeredo



## Regras para cooperativas de crédito são aprovadas na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos votou ontem a proposta que regulamenta o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo. De autoria do

senador Gerson Camata, o projeto – que será enviado ao exame do Plenário – recebeu substitutivo de Geraldo Mesquita Júnior.

Página 6



## Plenário pode votar MPs e liberar pauta

O Plenário deve examinar hoje as medidas provisórias e o projeto de lei de conversão que estão obstruindo a pauta há mais de uma semana. Um acordo de líderes adiou a ordem do dia, ontem, em decorrência de negociações sobre a reforma tributária e da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que concluiu a votação de emendas à proposta de reforma da Previdência.

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), comunicou que as lideranças buscam superar "os impasses que permanecem" nas matérias em pauta, que se referem à exportação de diamantes; à responsabilidade por danos em atentados contra aeronaves brasileiras; e ao aporte financeiro às distribuidoras de energia.

## Fátima critica governador de Rondônia

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) acusou o governador de Rondônia, Ivo Cassol (PSDB), de desobedecer medida provisória que limita em 20% o desmatamento da vegetação nativa em propriedades rurais da Amazônia (MP nº 2.166/2001).

De acordo com a senadora, há conflito entre a MP e lei estadual, defendida pelo governador. Cassol teria alegado, segundo ela, que a medida impede o desenvolvimento na região.

Fátima Cleide também homenageou Porto Velho, a capital do estado, pelos 89 anos de fundação, comemorados no último dia 3 de outubro.

# Agenda

## Sarney receberá hoje o governador de Sergipe

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 12h, o governador de Sergipe, João Alves. Às 15h30, Sarney preside a sessão do Plenário, que dará continuidade à discussão das duas medidas

provisórias e do projeto de lei de conversão que trancam a pauta de votações. Os outros itens da pauta só poderão ser analisados pelos parlamentares após o exame dessas proposições.

## Encontro discute informática no Legislativo

Começa hoje o 8º Encontro Nacional de Informática Aplicada ao Legislativo (Enial), principal evento do país dirigido aos servidores públicos dos legislati-

vos federal, estaduais e municipais. O encontro ocorre até o dia 10 no Salão Azul do Hotel Nacional, em Brasília. No mesmo período, será promovida a 7ª

Feira de Produtos e Soluções em Informática. Informações pelo telefone (61) 348-8390 ou pela página do Senado na Internet ([www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)).



## Reforma tributária e desenvolvimento científico

A Subcomissão de Cinema, Comunicação e Informática realiza, às 10h, audiência pública para discutir os impactos da reforma tributária em ciência e tecnologia. Entre os convidados estão o ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, e o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ennio Candotti. O colegiado é presidido pelo senador Roberto Saturnino (PT-RJ).

## Presidente do TCU fala à Comissão de Fiscalização e Controle

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) ouviu hoje, às 11h30, o presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Valmir Campelo (foto), que fala da



atuação do tribunal nos últimos tempos e analisa relatório feito pelo órgão sobre obras irregulares. A comissão é presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

## Recursos minerais na pauta da CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vota, às 14h, dois projetos que tratam da exploração de recursos minerais. O primeiro eleva o incentivo financeiro para mineração ao mesmo percentual pago pela exploração de petróleo (PLS nº104/03) e o segundo transfere para municípios limítrofes 40% da arrecadação de compensação financeira a que faz jus o município onde se situa a lavra (PLS nº 105/03). O relator das duas proposições é o senador Sibá Machado (PT-AC).



## Avisos do Tribunal de Contas

Na reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO), marcada para as 10h, serão analisados avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias realizadas em órgãos públicos, além da apreciação do parecer preliminar com as emendas apresentadas ao Orçamento para 2004.

## Indicação para embaixadas

Amanhã, a partir das 10h, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) analisa a indicação de Sérgio Barcellos Telles e Carlos Alberto Simas Magalhães para exercerem, respectivamente, os cargos de embaixador do Brasil junto à República da Tunísia e ao Reino do Marrocos.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)

## Martinez era hábil negociador, diz Zambiasi

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) informou ontem em Plenário sobre a tentativa de retirada, pelas equipes de resgate, do corpo do deputado José Carlos Martinez do local do acidente em que se deslocava no fim de semana. O corpo do presidente do PTB será velado na Assembleia Legislativa do Paraná. Os atos fúnebres, disse Zambiasi, terão a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do presidente da Câmara, João Paulo Cunha.



Zambiasi: Martinez deu rumo ao PTB

Zambiasi frisou que Martinez deu rumo ao partido graças a um estilo de hábil articulador e homem de diálogo.

– Antes que especulações pudessem criar clima de disputa, lideranças do PTB elegeram o deputado Roberto Jefferson (RJ) como presidente do partido – explicou o senador.

## Duciomar destaca memória de deputado

A morte do deputado federal José Carlos Martinez (PTB-PR), ocorrida no último fim de semana, voltou a ser lembrada ontem em Plenário, dessa vez pelo senador Duciomar Costa (PTB-PA).

– Perde o Brasil um homem público de valor; perde o estado do Paraná um político de voz vibrante no Congresso Nacional; e perde o Partido Trabalhista Brasileiro o seu presidente nacional – observou.

Outro assunto abordado pelo parlamentar foi a má aplicação de recursos em obras de infra-estrutura. Ele destacou a duplicação da BR-316, que dá acesso a Belém e foi liberada para o fluxo de veículos há dois anos. Duciomar lamentou que, em um ano, todo o serviço realizado na pista tenha sumido.



País perde homem público de valor, exalta Duciomar

## JORNAL DO SENADO

[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Cirilo Quartim  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

### Agência Senado

**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Marcos Magalhães e Nelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



## REFORMAS

Acordo entre governo e oposição pode permitir mudanças no texto da reforma da Previdência em Plenário, que deve começar a apreciar o projeto na quinta-feira da próxima semana



SEM EMENDAS Reunião da CCJ foi a terceira que analisou o projeto de reforma da Previdência. Relator Tião Viana admite modificações do texto durante a discussão no Plenário

## CCJ encerra votação e envia texto ao Plenário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) concluiu na noite de ontem a votação das emendas apresentadas à reforma da Previdência. O relatório do senador Tião Viana (PT-AC), favorável ao texto enviado pela Câmara, já havia sido aprovado no dia 24 de setembro e segue agora para apreciação do Plenário.

Apesar de todas as propostas de modificação terem sido rejeitadas, o relator da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 67/2003 admitiu a possibilidade de ser construído um acordo entre governo e oposição para alterar pontos do texto aprovado pela Câmara dos Deputados.

A primeira emenda que recebeu a manifestação do relator Tião Viana de que poderá ter um tratamento diferenciado se apresentada em Plenário foi a do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) que propõe a redução em cinco anos da idade e do tempo de contribuição mínimos para aposentadoria dos servidores portadores de deficiência. A emenda assegura o pagamento da pensão integral

para o beneficiário portador de necessidades especiais.

Também deverá ser alvo de negociações emenda do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que autoriza o poder público a criar, dentro do regime geral da Previdência, um sistema de contribuições reduzidas para atender segurados do mercado informal de trabalho com remuneração mensal equivalente a um salário mínimo. Vários líderes partidários posicionaram-se a favor do entendimento. A emenda de Tasso deverá ser fundida com uma outra, com teor semelhante, apresentada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Tião Viana ainda observou que existe a possibilidade de ser acatada emenda do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) que repassa para a União, estados e o Distrito Federal a responsabilidade de aprovar lei específica para tratar das aposentadorias e pensões dos servidores policiais que integram órgãos com funções de polícia judiciária, rodoviária e ferroviária da União e de polícia judiciária dos estados.

Outra emenda rejeitada pela CCJ mas que poderá ter seu teor aproveitado no texto final da reforma da Previdência é a que estabelece um limite para a alíquota da contribuição previdenciária cobrada dos servidores dos estados, Distrito Federal e dos municípios. A proposição de autoria de Arthur Virgílio tem como objetivo impedir que esse tipo de cobrança funcione como um mecanismo disfarçado de receita tributária adicional.

Do senador Leonel Pavan (PSDB-SC) Viana admite aproveitar a emenda que assegura o pagamento de um salário mínimo mensal aos portadores de deficiência, idosos e donas de casa com idade superior a 60 anos, desde que comprove não ter meios de prover sua própria manutenção.

O relator também mostrou-se receptivo à proposta do senador Efraim Morais (PFL-PB) que prevê a realização de um recenseamento previdenciário, com todos os aposentados e pensionistas dos regimes geral e próprio da Previdência Social, a cada cinco anos.

## Renan: PMDB quer definir já salário de governador

Partido aliado do governo e com votos suficientes para mudar a reforma da Previdência no Senado, o PMDB quer definir o valor dos salários dos governadores. A posição da legenda foi apresentada pelo líder do partido no Senado, Renan Calheiros (AL).

– Não podem continuar três subtetos nos estados. Os governadores do PMDB têm me pedido que isso seja resolvido

agora, na forma de emenda – disse. A proposta prevê três subtetos nos estados, um para

cada Poder. No caso do Executivo estadual, o subteto será o salário do governador.

A posição do PMDB contraria a intenção dos líderes governistas, que pretendem tratar do tema em proposta paralela, pela qual os governadores submeteriam às assembleias projeto com o valor dos seus salários. Renan considera que, se não definir agora o valor, o Sena-

do transferirá para as assembleias “uma verdadeira guerra” entre governistas e oposição.



Renan discorda da manutenção de três subtetos

## Emenda prevê alíquota menor para desempregado

A emenda constitucional paralela à reforma da Previdência, a ser apresentada pelo relator da proposta em tramitação, senador Tião Viana (PT-AC), estabelece que pessoas de baixa renda ou desempregadas poderão contribuir para o INSS com alíquotas menores que as dos outros segurados.

A idéia é atrair para o sistema previdenciário cerca de 40 milhões de brasileiros desempregados, de baixa renda ou que trabalhem no mercado informal. Hoje, as alíquo-

tas variam de 7,64% a 11%. A mudança prevê ainda que essas pessoas poderão cumprir prazos de carência menores para obterem os benefícios.

Viana informou que pretende apresentar a emenda hoje ao Plenário do Senado. A proposta deverá tramitar junto com a reforma da Previdência, sendo que o Congresso promulgaria o texto já votado pelos deputados, enquanto que a paralela ainda terá de ser votada pela Câmara.



Proposta deve ser apresentada hoje, disse Tião Viana

### ▼ Discussão deve começar na semana que vem

Após a aprovação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a proposta de emenda à Constituição (PEC nº 67/2003) da reforma da Previdência segue para o Plenário. Terá, no entanto, que cumprir normalmente os

prazos regimentais. O relatório, de autoria do líder do PT, senador Tião Viana (AC), será publicado no *Diário do Senado* e lido em Plenário hoje.

Após a leitura, de acordo com o Regimento Interno do Senado, será cumprido um prazo de

cinco dias úteis antes de a PEC ser incluída na ordem do dia.

Os líderes governistas acreditam que o Plenário começará a discutir a reforma da Previdência na próxima quinta-feira (16).



## REFORMAS

Enquanto Alvaro afirma que mudanças na Previdência não atendem aos interesses da sociedade, Heloísa prega alteração no texto. Já a Comissão de Educação debate impacto da reforma tributária

## Proposta só é boa para o governo, afirma Alvaro Dias

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) apoiou ontem proposta do Sindicato dos Auditores da Receita Federal (Unafisco Sindical) que rejeita a cobrança de contribuição dos servidores inativos e sugere a retomada da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das instituições financeiras ao nível em que se encontrava no início do governo Fernando Henrique. Conforme o senador, apenas essa medida geraria R\$ 2,8 bilhões para os cofres públicos.

– A reforma da Previdência, que seria da sociedade brasileira, virou a reforma dos governadores e só atende aos interesses dos governos federal e estaduais. Essa reforma não foi submetida à sociedade brasileira durante a campanha eleitoral. Essa reforma estica o braço com mão grande no bolso dos contribuintes e inativos.

Para Alvaro Dias, o conceito de direito adquirido para o atual governo é “restrito demais”. Conforme disse, pesquisa rea-



**SUGESTÕES** Alvaro destaca propostas apresentadas por auditores da Receita Federal

lizada pelo Ministério da Previdência, não divulgada, constatou que, de 1,5 milhão de contracheques de servidores públicos de todo o país, apenas 300 registram salários superiores a R\$ 17.300 – que é o teto proposto na reforma da Previdência. O governo, afirmou o senador, “está tentando jogar a opinião pública” contra os servidores com o argumento de que muitos deles recebem super-salários.

## Heloísa critica acordo de líderes para Previdência

A possibilidade de aprovação do texto da reforma da Previdência conforme veio da Câmara dos Deputados e a votação de uma nova proposta, com outras alterações no sistema previdenciário, receberam críticas da senadora Heloísa Helena (PT-AL). Acordo entre os líderes partidários no Senado viabilizaria o expediente, mas, conforme disse, se o Senado adotar esse procedimento estará abdicando de suas prerrogativas.

– Nós que queremos o aprimoramento da democracia representativa não podemos aceitar que uma Casa do Congresso abra mão de cumprir aquilo que a Constituição disponibilizou a ela. Do contrário, o Senado estará assumindo que se comporta como anexo



**ATRIBUIÇÃO** Heloísa considera que o Senado não pode abdicar de prerrogativas constitucionais

arquitetônico medíocre da Câmara dos Deputados, sofrendo da velha síndrome de senzala branca e mansa do Palácio do Planalto e dos interesses dos governadores – afirmou.



**DEBATE** Representantes de organizações esportivas discutem na CE os efeitos da reforma tributária

## Entidades defendem inclusão de incentivos fiscais para o esporte

Representantes de entidades esportivas defenderam ontem na Comissão de Educação (CE), durante audiência pública que debateu os impactos da reforma tributária na cultura, educação, esporte, ciência e tecnologia, a necessidade de inserir na proposta incentivos fiscais para o desporto, incluindo o futebol.

O presidente da comissão, senador Osmar Dias (PDT-PR), informou que o colegiado apresentará, em Plenário, emendas à reforma tributária. As emendas, disse, serão elaboradas após realização das audiências, que se encerram nesta semana. Ele adiantou que uma das e-

mendas manterá, permanentemente, os incentivos à cultura, inclusive para o esporte.

O diretor-financeiro do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Edson Menezes, abriu a reunião e apresentou três propostas à comissão: extensão até dezembro de 2004 da lei que isenta de imposto material esportivo importado sem similar nacional; incentivo fiscal ao desporto, a exemplo do que já ocorre com a cultura; e unificação das legislações esportivas estaduais.

Já o presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), Vital Severino Neto, pregou a adoção de política clara e ob-

jetiva para o esporte, com lei de incentivo para o setor. Somente assim, observou, o país poderá formar e manter atletas de alto nível, incluindo os deficientes.

O assessor jurídico do Clube dos Treze, Celso Rodrigues, defendeu a canalização de maiores recursos para o futebol, provenientes de loterias.

Nabi Abi Chedid, vice-presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), pregou a necessidade de nova legislação para o futebol. Segundo ele, o Estatuto do Torcedor é falho e pode piorar a situação dos clubes, “que se encontram em estado pré-falimentar”.

## Senadores apóiam sugestão

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) propôs, durante audiência pública na Comissão de Educação (CE), que as emendas a serem apresentadas pelo colegiado à reforma tributária incluam a prorrogação da lei que isenta de imposto o material esportivo importado sem similar nacional. Ele também pediu maior incentivo ao esporte paraolímpico.

Já o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) solicitou alteração na Lei do Passe, que, disse, preserva o empresário mas prejudica os clubes. Maguito Vilela (PMDB-GO) propôs o fim do



**APOIO** Esporte paraolímpico deve receber mais incentivo, segundo Hélio Costa

“tapetão”, no qual clubes são considerados vitoriosos fora de campo.

Flávio Arns (PT-PR) defendeu incentivos fiscais para o desporto, inclusive para o futebol.

## Impactos para a ciência são debatidos hoje

A Comissão de Educação (CE), em conjunto com a Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática, prossegue hoje com a série de audiências sobre o impacto da reforma tributária nas áreas de sua competência. Serão ouvidos representantes de entidades do setor de ciência e tecnologia. A reunião está marcada para as 10h.

Foram convidados, entre outros, o ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral; o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ennio Candotti; e o secretário da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, Ruy de Salles Cunha.



## REFORMAS Grupo suprapartidário discute mudança tributária e CCJ promove audiências

# Comissão deve ouvir Palocci e governadores

O relator da proposta de emenda constitucional (PEC) da reforma tributária, senador Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou ontem que, até o final desta semana, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverá ouvir o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, cinco governadores e representantes do setor empresarial para colher sugestões de reparos à proposta original.

Jucá coordenou durante a manhã de ontem a primeira reunião de trabalho do grupo suprapartidário formado por

cinco senadores, além dele e do presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA). O grupo vai auxiliar o relator na elaboração de uma nova proposta de reforma tributária e também cuidará de reportar aos partidos as sugestões em discussão. Participam do grupo os seguintes senadores: pelo PTB, Fernando Bezerra (RN); pelo PDT, Osmar Dias (PR); em nome do PSDB, Sérgio Guerra (PE); pelo PFL, Rodolpho Tourinho (BA); e, representando o PT, Ana Júlia Carepa (PA).

O relator apresentou, oficial-

mente, aos integrantes do grupo a proposta aprovada na Câmara e narrou as sugestões que vêm sendo debatidas no Senado, na mídia e na sociedade sobre o tema. Ele também informou que uma nova reunião deverá acontecer na manhã desta sexta-feira, já com as proposições recolhidas nas audiências com o ministro, os governadores e os empresários.

A PEC da reforma tributária tramitará na CCJ e depois será apreciada pelo Plenário, necessitando passar por dois turnos de votação para ser aprovada.



RECONHECIMENTO Acompanhados por senadores, representantes de entidades lembram medidas adotadas pelo governo Sarney

## Sarney promete apoio a portadores de deficiência

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem representantes do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade), empenhados em sensibilizar o Legislativo para aprovar, na reforma da Previdência, dispositivos que os contemplem. Sarney prometeu envidar esforços junto aos parlamentares e ao governo.

O pedido se refere a três condições especiais para aposentadoria e pensão: redução em 10 anos nas exigências de idade e tempo de contribuição para aposentar-se; impossibilidade de redução da pensão dos dependentes com deficiência; e acréscimo de 25% nos proventos do aposentado ou pensionista portador de deficiência.

Sarney foi aplaudido no momento em que apresentou uma ordem do dia impressa em braile e anunciou que também estão sendo impressos nesse processo o Código do Consumidor e uma série de livros. O

senador anunciou ainda providências para que os deficientes tenham acesso a todas as dependências do Senado e informou que a Rádio e a TV Senado transmitirão programas voltados para os portadores de deficiência.

Os representantes do Conade disseram que a situação dos deficientes piorou sensivelmente desde que Sarney deixou a Presidência da República, citando a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), organismo criado no governo Sarney para gerir políticas voltadas para eles, tendo como eixo a defesa dos direitos humanos e a promoção da cidadania.

Participaram do encontro os senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Flávio Arns (PT-PR) e Serys Slhessarenko (PT-MT). Flávio Arns declarou que todas as entidades de portadores de deficiência sentem saudade do prestígio que usufruíam no governo Sarney.

## Paim recebe o rei e a rainha da Noruega

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), recebeu ontem, no Salão Nobre, o rei Harald V e a rainha Sonja, da Noruega, acompanhados pelo embaixador da Noruega em Brasília, Gerhard Lassen, pelo ministro das Relações Exteriores norueguês, Jan Petersen, e pelo embaixador do Brasil em Oslo, César de Faria Domingues Moreira. A reunião faz parte da agenda da visita oficial do casal ao país, e, segundo Paim, o rei e a rainha comentaram o encontro que acabavam de ter com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio

do Planalto.

– O rei Harald disse que ficou muito impressionado com a conversa com o presidente Lula sobre nossa economia. Estou certo de que esta visita contribuirá muito para que as relações diplomáticas, comerciais e culturais entre os nossos países avancem ainda mais.

O senador revelou também que houve troca de informações sobre os sistemas políticos dos dois países. Paim disse aos reis que o Brasil, mesmo não sendo parlamentarista como a Noruega, tem na sua Constituição “um viés parlamentarista”.



ESTUDOS Romero Jucá (ao lado de Ana Júlia Carepa) coordenou reunião do grupo suprapartidário

## Jucá: estados serão compensados

O relator da reforma tributária, senador Romero Jucá (PMDB-RR), garantiu que os estados não terão qualquer perda com o fim da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) – tributo estadual – na venda de combustíveis, fumo, bebidas e automóveis, sobre os quais incidiria apenas o Impos-

to sobre Produtos Industrializados (IPI), que é federal.

Jucá explicou que o equivalente ao ICMS desses produtos que o governo federal arrecadar a mais por meio do IPI poderá formar um fundo compensatório das perdas dos estados, calculadas inicialmente em R\$ 35 bilhões por ano.

– O que se está fazendo é uma

simplificação da cobrança de tributos. O mecanismo de compensação da perda dos estados pode ser incluído na Constituição, na forma de um fundo que irá cobrir a perda do ICMS sobre esses produtos principais.

Jucá informou que esta semana terá um modelo básico da proposta que deve apresentar na semana que vem.

## Ideli afirma que reforma tributária pode fazer justiça

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou ontem que a reforma tributária, caso seja tratada de forma séria e responsável, poderá ser um forte mecanismo para combater a concentração de renda e fazer justiça tributária.

Ideli apresentou dados do estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que reúne todas as estatísticas do século 20 sobre a evolução econômica do Brasil. Segundo esses

dados o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 100 vezes, o PIB *per capita*, 12 vezes, e a renda *per capita* cresceu 2,5% ao ano. A senadora observou que, apesar do crescimento, o Brasil foi o país em que a concentração de renda mais aumentou.

Segundo Ideli, os impostos indiretos têm uma incidência perversa, pois atingem justamente a parte mais pobre da população.



Ideli Salvatti: impostos indiretos atingem os mais pobres



# CAE aprova regras para o crédito cooperativo

Medida permite baratear custo do dinheiro e amplia o acesso aos financiamentos

Proposta que regulamenta o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com base em substitutivo do relator, Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC). Conforme o projeto, os bancos cooperativos terão obrigatoriamente como acionistas controladores as cooperativas de crédito constituídas no Brasil. Mas permite a parti-

cipação de sócios estrangeiros.

O substitutivo apresentado ao projeto de lei (PLS nº 293/99) do senador Gerson Camata (sem partido-ES) viabilizou o entendimento entre as entidades representativas das cooperativas de crédito, o Banco Central e senadores, no sentido de atualizar o texto original e corrigir inconstitucionalidades.

O senador Osmar Dias (PDT-PR) afirmou que a iniciativa do relator permitiu preservar a idéia central da proposição de Camata. Ele destacou também a importância das cooperativas de crédito para baratear o custo do dinheiro ao tomador final e ampliar o acesso aos financiamentos, em especial produto-

res rurais. Os senadores Roberto Saturnino (PT-RJ) e Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestaram apoio ao relatório de Mesquita Júnior.

Já o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) disse que desde a Constituição de 1988 "o sistema cooperativista de crédito vem tentando obter a sua regulamentação".

O projeto, que ainda depende de aprovação do Plenário para ser remetido à Câmara, define a organização do sistema de crédito cooperativo com base na atuação das cooperativas de crédito singulares, cooperativas centrais de crédito, suas confederações e bancos cooperativos.



PAUTA Debate foi motivado por requerimento de Valadares (à esquerda, ao lado de Tebet) para que comissão votasse a matéria

## Exame de empréstimo a São Paulo gera polêmica

Pedido do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) para que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examinasse ontem solicitação da prefeitura de São Paulo para ser autorizada a contratar crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor de R\$ 493,80 milhões, suscitou polêmica no colegiado. O requerimento foi retirado pelo autor.

O senador Almeida Lima (PDT-SE) questionou a oportunidade da análise do pleito e reclamou da pressão em se votar um crédito de valor tão expressivo, enquanto a proposta que destina 35% dos recursos do BNDES para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste continua sem solução. Já o líder do PSDB, Arthur Virgílio (PSDB-AM) observou que não houve consulta prévia às lideranças.

O senador Eduardo Suplicy

(PT-SP) chamou a atenção para a importância do projeto, cujos recursos deverão ser aplicados na segunda etapa do Programa de Implantação do Sistema Integrado de Transporte Urbano de Passageiros, beneficiando o município brasileiro de maior população.

### Rejeição

A CAE rejeitou projeto da Câmara dos Deputados (PLC nº 29/2002) que estabelece a obrigatoriedade de o governo enviar os programas de metas inflacionárias e de emprego ao Congresso Nacional.

O presidente da comissão, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), manifestou surpresa diante do fato de reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania destinada a examinar a reforma previdenciária ter sido convocada para o mesmo horário da CAE, sem qualquer entendimento prévio.

Célio Azevedo



SOLUÇÃO Substitutivo apresentado por Mesquita Júnior (E) viabilizou entendimento em torno da matéria

## Paim prevê abertura ao capital externo

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), garantiu, ao receber um grupo de investidores estrangeiros, que o governo brasileiro está engajado em uma política de parceria com a iniciativa privada que inclui a abertura da economia do país a capitais internacionais.

– Temos preocupação com o social, mas entendemos que mais investimentos significam também mais distribuição de renda e reativação do mercado interno, contribuindo para a política de emprego.

Paim disse ainda que a proposta do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva "re-



CONTRIBUIÇÃO Paim afirmou a investidores estrangeiros que a entrada de mais capital significa reativação do mercado interno

voluciona a concepção antiquada de esquerda, substituindo-a por uma esquerda moderna que olha para a frente".

Estiveram com o senador os empresários Jason Hepner, da Standard Life Investments, de Edimburgo (Escócia); Chris

Edwards, da Fabien Pictet & Partners, de Londres; e Keith Porter, da CDP Capital, de Montreal (Canadá), acompanhados por Eduardo de La Peña, do Santander-Brasil, e Marilyn MacDonald, do Santander-Londres.

Jane de Araújo

## Entidades premiadas têm voto de louvor

Por iniciativa da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), o Senado aprovou ontem o envio de voto de louvor às 24 instituições que receberam este ano o prêmio da Caixa Econômica Federal na área de melhor prática de gestão. Também receberão congratulações da Casa as dez entidades escolhidas para representar o Brasil no Habitat 2004, na Espanha.

A senadora disse que esse programa da Caixa avalia as melhores idéias sobre gestão local, de iniciativas de entidades civis ou prefeituras, que propiciam qualidade de vida e desenvolvimento sustentável de assentamentos humanos.



DISTINÇÃO Iniciativa de Ideli Salvatti homenageia vários órgãos premiados pela Caixa

Ideli informou que foram recebidas 259 inscrições.

Para Ideli, a premiação demonstra que "a aglutinação de forças vivas da sociedade consegue prestar bons serviços à população e superar problemas coletivos".

Célio Azevedo

Rosevelt Pinheiro



## Pavan: PPA deve incluir projeto para fronteira

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) protestou contra a não-inclusão no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 do programa Grande Fronteira do Mercosul, que abrange os municípios de Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul numa faixa de 450 quilômetros ao longo da fronteira do Brasil com Argentina, Paraguai e Uruguai e busca promover o desenvolvimento econômico e social na região.

Instituído pela Lei 10.466/02, o programa tem como objetivo combater o esvaziamento econômico e o êxodo rural detectados nessas localidades com a implementação de políticas públicas para revitalização do setor produtivo e preservação do meio ambiente. Segundo Leonel Pavan, o próprio autor do projeto, o ex-deputado Antônio Carlos Konder Reis, encaminhou carta ao Ministério da Integração Nacional reivindicando a inclusão do programa no PPA.

— O que se reivindica é muito pouco para uma região que tanto tem contribuído para o progresso brasileiro, especialmente no setor agrícola — afirmou o senador.



**RETRIBUIÇÃO** Pavan argumenta que região já deu muito ao Brasil e merece o investimento

# Revitalizar o São Francisco é essencial, diz Teotônio

■ Senador lamenta que obras de combate à seca do Nordeste estejam paralisadas no atual governo

A urgente revitalização do Rio São Francisco foi defendida ontem pelo senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), ao divulgar da tribuna e pedir a transcrição nos Anais do Senado do estudo do Comitê Hidrográfico da Bacia do São Francisco. Segundo o senador, o comitê faz ampla análise sobre questões ambientais e socioeconômicas que envolvem o rio.

Em função da seriedade da pesquisa, o senador pregou que todos os projetos de transposição e revitalização do Rio São Francisco sejam dirigidos ao Comitê Hidrográfico da Ba-



**OPÇÕES** Documento lido por Teotônio diz que transposição das águas não é a única solução

cia do Rio São Francisco. Teotônio informou que o comitê defende que a transposição não é a única alternativa para o semi-árido setentrional, mas se dispõe a apoiar iniciativas ambientais para resolver o problema do abastecimento de

água para a região.

Para o senador, uma boa alternativa é o Canal do Sertão, obra paralisada pelo atual governo e considerada prioritária no governo Fernando Henrique Cardoso. Segundo o parlamentar, o Canal do Sertão, previsto para três etapas, levará água do Rio São Francisco para 27 municípios alagoanos, beneficiando 700 mil pessoas.

Outras obras hidrográficas também estão paralisadas devido à retenção de verbas pelo governo, lamentou o senador, apontando que o Plano Plurianual (PPA) prevê R\$ 13 milhões para o aproveitamento de obras já iniciadas, mas os recursos não foram liberados.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) aproveitou o discurso para prestar homenagem ao pai do senador alagoano, Teotônio Vilela.

## Mamulengo encanta na bienal do livro

Duas vezes ao dia, o estande do Senado Federal na 4ª Bienal Internacional do Livro de Pernambuco fica cercado por centenas de crianças (e algumas dezenas de adultos) que se aglomeram para assistir ao espetáculo de teatro mamulengo *O Menino sem Nome*. A peça é escrita, produzida e interpretada por Josias Wanzeller, artista plástico e funcionário da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep) do Senado.

Desde a última segunda-feira, Josias consegue entreter totalmente as crianças a cada exibição, que dura, em geral, meia hora. Os meninos acompa-

nham as músicas com palmas, riem das brincadeiras e pulam para estourar as bolhas de sabão pseudamente assopradas pelos bonecos. O texto conta a história de um menino que não tem nome nem vai à escola, apenas vende pirulitos na rua. Com seus amigos, ele ganha um nome (Severino), descobre o livro e, junto dele, a importância de saber ler, estudar e frequentar a escola.

Há sete anos trabalhando com teatro mamulengo, Josias Wanzeller busca seus bonecos em Pernambuco, onde são produzidos artesanalmente por artistas populares como Bibio

dos Bonecos e Mestre Saúba. Outros são de Brasília, feitos pelo artista Moisés Bento. Eles são batizados com nomes populares e engraçados, como Zé Queixada, Dona Josefina da Perna Fina e o Palhaço Foguetiro. Os fantoches têm movimentos faciais, na boca e nos olhos, para atrair ainda mais a atenção das crianças.

O mamulengo é o nome dado ao teatro de bonecos, também conhecido como marionetes, fantoches ou títeres, sendo um dos mais ricos espetáculos populares do Nordeste brasileiro, segundo a Fundação Joaquim Nabuco (PE).



**PASSADO** Malta disse que biografia da ministra deve ser levada em consideração

## Para Malta, Benedita sofre preconceito

As críticas à ministra da Assistência Social, Benedita da Silva, que teria usado dinheiro público para realizar viagem pessoal à Argentina, têm um viés de preconceito religioso, sustentou ontem em Plenário o senador Magno Malta (PL-ES). O parlamentar, que também é evangélico, afirmou que esse não é o tratamento dispensado quando o acusado professa outra religião.

— Quando alguém que professa a fé evangélica comete um suposto deslize, logo se fala que é evangélico. Não se diz quando é católico ou budista — observou o senador.

Para Magno Malta, a história de lutas e de superação de dificuldades de Benedita deve ser levada em consideração.

— Não conheço qualquer deslize de conduta ou falcatura cometidos por ela. A história registra uma mulher de luta. Não transijo com acinte à coisa pública, só não aceito que o pano de fundo seja o ataque aos evangélicos — frisou.

Em aparte, as senadoras Idele Salvatti (PT-SC) e Ana Júlia Carepa (PT-PA) se solidarizaram com a ministra.

## Almeida Lima diz que Constituição foi maculada

O Congresso deve se manifestar oficialmente a respeito de revelação feita pelo ministro Nelson Jobim, do Supremo Tribunal Federal (STF), de que foram incluídos artigos na Constituição de 1988 que não foram objeto de votação pelo Plenário da Assembleia Nacional Constituinte, defendeu ontem o senador Almeida Lima (PDT-SE) — foto. Ele considerou o fato lamentável, justamente quando o país comemora os 15 anos da Constituição, e dirigiu palavra de censura a todos que participaram do episódio. De acordo com o senador, a soberania popular precisa ser respeitada e as declarações de Jobim devem ser vistas como da mais alta gravidade, por macularem a Constituição.



## Senado aprova pesar pela morte de médico

Por requerimento do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) — foto —, o Senado aprovou inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do médico-cirurgião Alfredo Neder, de Mato Grosso do Sul. Serão enviadas condolências à família, ao estado e ao município de Angélica, do qual o médico foi fundador. Tebet ressaltou que Neder foi o grande organizador e incentivador da Clínica Campo Grande, o melhor e mais completo hospital geral de Campo Grande. Ele foi, ainda, o implantador da Cooperativa de Trabalho Médico, que originou a Unimed, uma das mais completas redes de atendimento de saúde no estado.



## Costa sugere criação de subcomissão permanente

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) anunciou que apresentará requerimento para criação, no âmbito da Comissão de Educação (CE), da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia. O colegiado teria a competência de examinar matérias referentes ao desenvolvimento científico e tecnológico, em especial temas como biotecnologia, clonagem, transgenia, bioética, energia nuclear, materiais e rejeitos radioativos, fontes alternativas de energia, pesquisa aeroespacial, robótica, automação industrial e política de incentivos à pesquisa, ao ensino e à extensão na área de ciência e tecnologia. A subcomissão também teria a finalidade de debater a inserção digital.





## José Jorge prega fortalecimento do Parlatino

Ao comentar a sua participação na 109ª Assembléia da União Parlamentar Internacional (UPI), realizada de 1º a 3 de outubro em Genebra (Suíça), o senador José Jorge (PFL-PE) defendeu ontem o fortalecimento do Parlamento Latino Americano (Parlatino) como alternativa à criação de um legislativo reunindo

do os países do Mercosul (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai). Ele disse ser contra a instalação de parlamentos reunindo representações de poucos países. O Parlatino existe há cerca de 40 anos, com sede em São Paulo, mas seu funcionamento, conforme admite o senador, está aquém do necessário.

– Seria mais adequada a forma-

ção de uma comissão do Mercosul, no âmbito do Parlatino, que pouco a pouco receberia a representação dos outros países do continente – comentou José Jorge.

Eleito para o Comitê Executivo da UPI – há 40 anos o Brasil não tinha assento no órgão –, o senador por Pernambuco explicou que a União Parlamentar Internacional reúne os

parlamentos de 144 países e é a única organização que representa os legislativos em escala mundial.

– A missão da UPI é lutar pela paz e pela cooperação entre os povos e pelo firme estabelecimento de instituições representativas. A organização trabalha para fortalecer a estrutura da democracia parlamentar em todo o mundo – acrescentou.



**ELEIÇÃO** José Jorge integra o Comitê Executivo da União Parlamentar Internacional



**OBRAS** Mão Santa dirigiu seu pedido ao ministro da Saúde, que pretende visitar o Piauí

## Mão Santa pede verbas para hospital do PI

O senador Mão Santa (PMDB-PI) registrou em Plenário a visita que o ministro da Saúde, Humberto Costa, deverá fazer ao Piauí e aproveitou a oportunidade para reivindicar a liberação de R\$ 60 mil para a conclusão das obras do Hospital Universitário de Teresina, iniciadas em 1987.

O parlamentar advertiu ontem que, se o ministro da Saúde chegar ao Piauí sem esses recursos, corre o risco de ser ridicularizado. Mão Santa informou que o reitor da Universidade Federal do Piauí e os senadores Tião Viana (PT-AC), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Alberto Silva (PMDB-PI) já assinaram pedidos pela liberação das verbas.

Em aparte, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) observou que muitos estados não têm cumprido a determinação constitucional de investimentos mínimos em saúde. Papaléo Paes (PMDB-AP) chamou atenção para a responsabilidade do governo federal quanto às deficiências no custeio de tratamento de hemodiálise com recursos do Sistema Único de Saúde. Heloísa Helena (PT-AL) saiu em defesa do ministro Humberto Costa, a quem assinalou a qualidade técnica e sensibilidade.

## Renan vê mobilização da sociedade contra armas

■ Senador participa de ato no Recife que reuniu 30 mil pessoas favoráveis ao Estatuto do Desarmamento

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) conclamou ontem a sociedade brasileira a se mobilizar em favor do projeto de lei que proíbe a comercialização de armas de fogo. Ele destacou manifestação ocorrida domingo no Recife (PE), com a sua presença, que reuniu 30 mil pessoas, como uma demonstração clara de que a sociedade não tolera mais as mortes causadas por armas.

– O que observamos (na Praia de Boa Viagem) foram homens, mulheres, crianças e idosos vestidos de branco mostrando, com alegria e indignação, que são favoráveis ao Estatuto do



**ESTATUTO** Pressão popular fará Câmara aprovar lei sem ceder ao lobby das indústrias, diz Renan

Desarmamento, que tramita no Congresso Nacional e corre o risco de ser alterado por conta da pressão das indústrias produtoras de revólveres, pistolas e armas em geral. A exemplo do que aconteceu no Rio, os per-

nambucanos e os nordestinos como um todo estão demonstrando que são favoráveis ao projeto de desarmamento – avaliou.

Renan disse ainda que, além de ter participado da caminhada no Recife, já confirmou presença na caminhada de São Paulo, que ocorrerá no próximo domingo e tem expectativa de reunir 100 mil pessoas, e na caminhada de Brasília, no domingo seguinte (19). Ele adiantou também que pretende conversar com o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Alagoas, José Areias Bulhões, e todas as autoridades estaduais para realizar uma caminhada em Maceió.

– É preciso que todo o país seja mobilizado para que a Câmara dos Deputados aprove o Estatuto do Desarmamento tal como foi aprovado no Senado – concluiu o senador alagoano.

## Mozarildo defende projeto que cria três territórios federais no Amazonas

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) fez um apelo à Câmara dos Deputados pela imediata aprovação de projeto de lei que cria três territórios federais a partir de desmembramento do estado do Amazonas, que já teve sua tramitação no Senado concluída. Para ele, a fronteira norte do país, em especial com a Colômbia, está vulnerável e precisa de mais proteção política.

Mozarildo explicou que essa providência precisa ser coordenada com uma política de destinar mais recursos financeiros e humanos para a atuação da Polícia Federal e das Forças Armadas na região, para fazer



**SAÍDA** Mozarildo espera que criação dos territórios ajude país a combater o narcotráfico

face ao narcotráfico e à guerrilha colombiana, que estão até recrutando índios e caboclos como doleiros e transportado-

res de insumos das fábricas de entorpecentes, além das atividades das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) em território brasileiro.

Para o senador, é urgente que o governo federal empreenda uma ação geoestratégica de vulto para proteger a Amazônia, em especial o noroeste do estado do Amazonas, região conhecida como Cabeça de Cachorro. Mozarildo explicou que o projeto que cria três territórios se originou de um outro, de sua autoria, criando o estado do Solimões. Ao relatar a matéria, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) transformou o estado em três territórios federais.



**TRABALHO** Paim elogiou a Comissão do Idoso, que viajou pelo país e ouviu a sociedade

## Paim destaca maior proteção para os idosos

O senador Paulo Paim (PT-RS) manifestou ontem sua satisfação com a aprovação do Estatuto do Idoso pelo Congresso Nacional e a imediata sanção presidencial do projeto.

– Trata-se do coroamento de um trabalho de 20 anos, seis deles dentro do Congresso Nacional, para garantir cidadania plena aos idosos – ressaltou.

Entre os dispositivos mais importantes da nova lei, Paim destacou a transformação de maus-tratos aos idosos em crime, com penas que vão até 12 anos de prisão.

O senador gaúcho lembrou que a Comissão Especial do Idoso, que elaborou o projeto de lei, viajou muito pelo país e ouviu a sociedade.

– Tivemos momentos de tristeza ao perceber o abandono e as agressões aos idosos. Houve momentos de alegria ao ver brilhar, nos olhos deles, o otimismo e a esperança – relatou.

Em seguida, ao comentar os dados divulgados pelo IBGE sobre a evolução brasileira no século 20, Paim afirmou sua convicção de que o Brasil de hoje tem oportunidade de corrigir as mazelas do século passado, fazendo do século 21 um período de verdadeira transformação da sociedade brasileira.